

A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NAS RELAÇÕES SOCIAIS: MITIFICAÇÃO DOS GÊNEROS¹

D'OLIVEIRA, Mariane Camargo²; TAVARES, Carla Rosane da Silva³

Palavras-Chave: História. Conquista. Luta. Equidade.

Introdução

O processo de historização fez com que a ordem masculina fosse, diuturnamente, construída, estabelecida e, de modo contínuo, reproduzida, através dos tempos. Tal processo foi imprescindível para que a diferenciação fosse sobremaneira reforçada, no âmbito das relações sociais. Esta distinção, a partir, principalmente dos corpos, fez com que a mulher, desde os primórdios, sempre fosse vista como um ser “invisível”, no sentido de ser considerada desprovida, tanto de capacidade intelectual, quanto de capacidade física. Assim, foram criadas na cultura de que a elas caberia saber cuidar da casa, procriar e fazer apenas o que o pai, no primeiro momento, e o marido, no segundo, quisesse. Não possuíam sequer participação ativa em situação decisória.

Dentro desse enfoque, busca-se, na presente pesquisa, compreender o porquê de a mulher ter sido alijada das relações sociais durante tanto tempo, notadamente aqui, quando se fala da mitificação dos gêneros e, assim, de sua invisibilidade no processo de historização.

Metodologia

Para que o escopo primordial fosse atingido, a metodologia utilizada consistiu no emprego do método dedutivo, manejado pelo caráter bibliográfico. Nesse sentido, configura-se em um estudo de cunho qualitativo, à medida que aborda a questão da invisibilidade das mulheres, a qual perpassou – e ainda perpassa – pelo mito dos gêneros.

Resultados e Discussões

Embora esta reflexão trate das questões femininas, não se pode deixar de explicitar aqui que os gêneros não são somente o feminino e o masculino, porque a questão dos homossexuais, no

¹ Trabalho resultante de TCC, no Curso de Direito, vinculado ao GEPELC – Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Linguagens e Comunicação da UNICRUZ.

² Acadêmica do 10º período do Curso de Direito da UNICRUZ/RS. Pesquisadora do GEPELC. E-mail: maricamargod@gmail.com

³ Doutora em Letras pela UFRGS. Coordenadora e Docente do Curso de Letras da UNICRUZ/RS. Coordenadora e pesquisadora do GEPELC. E-mail: ctavares@unicruz.edu.br

momento atual, é bastante presente e reconhecida. Neste sentido, é essencial, pois a lição trazida por Rodrigues (2003, p. 8) de que “a categoria ‘gênero’ inicialmente utilizada pelos movimentos feministas, passou a fazer parte, nos últimos anos dos estudos e pesquisas acadêmicas. Assim, gênero não pretende significar o mesmo que sexo [...]”. É imprescindível transcrever o entendimento desta autora (2003, p. 1-2), ao referir que:

As situações de discriminação, subordinação e segregação enfrentadas pelas mulheres são engendradas por uma construção social dos gêneros. Enquanto o sexo biológico de uma pessoa é dado pela natureza, o gênero é construído socialmente. Assim, os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico que confere a homens e mulheres a sua forma de ser e interagir socialmente.

Na conjuntura atual, as relações de gênero são produzidas e configuradas socialmente no próprio ambiente da educação escolar, que, não raras vezes, utiliza-se de modelos obsoletos para determinar comportamentos socialmente típicos, de acordo com os padrões de gênero prefixados para cada sexo. Dessa maneira, embora os direitos de cidadania sejam largamente debatidos na cultura escolar, muitas práticas discriminatórias propagam-se. Por isso a questão possui tamanha essencialidade, para que nas escolas não se reproduzam discursos discriminatórios e, igualmente, não se restrinjam manifestações tidas como pouco convencionais. É mister, pois, que tanto a educação escolar quanto a familiar, reflitam especialmente sobre esta temática e, assim, disseminem e comecem a construir uma cultura de igualdade em direitos. Nessa direção, necessário é transcrever o entendimento de Vianna e Silva (2008, p. 7):

O conceito de gênero pode permitir que percebamos o caráter sociológico da construção dos sentidos e dos significados relacionados às masculinidades e feminilidades, e assim sendo, não estão dados em nossa configuração biológica e podem ser transformados. É possível mudar a forma como nos nomeamos, nos hierarquizamos e, muitas vezes, reproduzimos uma dominação que é fundamentalmente masculina.

Vislumbra-se o tempo no qual o gênero possa ser compreendido sob diversas facetas, configurando-se, pois, em um elemento igualitário constitutivo das relações sociais. Entretanto, tais relações estão perpassadas pelo poder e, via de regra, pela dominação masculina. Essa reflexão deve-se pautar pela objetividade das palavras de Bourdieu (1998, p. 13):

Quando tentamos pensar a dominação masculina, corremos o risco de recorrer ou nos submeter a modos de pensamento que são, eles próprios, produtos de milênios de dominação masculina. Queiramos ou não, o analista, homem ou mulher, é parte e parcela do objeto que tenta compreender [...] Por conseguinte, nosso primeiro imperativo deve ser descobrir uma estratégia prática que nos permita efetuar a objetivação metódica do sujeito

da objetivação científica: um estratagema para revelar as estruturas do inconsciente arcaico.

A invisibilidade feminina advém, pois, do liame consuetudinário dos séculos passados, em que a mãe internalizava nas filhas, no decorrer do processo educacional, ensinamentos de como deveriam se comportar à mesa, cozinhar, limpar a casa, e até se vestir de maneira adequada, entre outros, mas sempre tendo em vista os afazeres domésticos. Decorrência lógica disso: a invisibilidade da presença da mulher, enquanto um ser pensante, inteligente e capaz, ao longo da História. Esta constatação está correlacionada, inclusive, com o mito dos gêneros. Como refere Mesenhöller (2010, p. 34), “homens são de Marte, mulheres são de Vênus: a dura Biologia da natureza dos sexos é inventada por volta de 1800. Desde então, o fantasma persiste no ar.”.

É evidente, segundo esta ótica, o paradoxo existente entre os gêneros, consequência da vivência e do aperfeiçoamento dos cânones de dominação nos ditames do patriarcado. Isso tudo faz com que a mulher não compreenda, de modo objetivo e claro, o modelo que está reproduzindo e, bem assim, difundindo. E, em não percebendo que o homem se coloca como marco inicial de toda a vida em sociedade, ela é dominada. Há, desse modo, a incorporação e, por conseguinte, a assimilação de um pensamento da superioridade predominantemente masculina. A orientação de Bourdieu (2007, p. 45) pode ser percebida no recorte a seguir, quando alude que:

[...] a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem [*sic*] envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica.

Igualmente Scott (2010, p. 93), elucida as teorias concebidas por Bourdieu, particularmente os conceitos trazidos de *habitus* e disposição, referindo que “podem ser usados para compreender como atores sociais influenciados pelo gênero se formam e se predispõem a manter (ou desafiar) as relações sociais com as quais foram familiarizados”.

Inserta, quase que constantemente, em um contexto no qual a dominação masculina sempre faz as vezes, a mulher vê-se como um ser inferior, considerando que o discurso prático reforça a ideia da relação de dominação ser natural, e que o homem é o ser pensante do ambiente doméstico e social. Neste raciocínio, Bourdieu (2007, p. 82) confirma que “a dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos... tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica”.

Conclusão

Constata-se que não são somente os homens que robustecem os cânones da invisibilidade das mulheres, mas, também, as próprias instituições que compõem a sociedade dão força. Como aduz Bourdieu (2007, p. 103), “o trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes”. Refere, ainda, que “à família cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas”.

Sob este mesmo prisma, é relevante anotar que a Igreja influenciou a proliferação do pensamento de inferioridade das mulheres, que tudo aquilo que fosse revolucionário, ou tivesse um mínimo caráter de contraditório, era contestado pela Instituição Sacra. Não é uma casualidade por tanto tempo a Igreja ter incluído no seu *Índex* obras que, se disseminadas, certamente iriam incutir ideais de equidade. Nesse aspecto, ressalta Bourdieu (2007, p.103), “ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e, principalmente, pelo dogma da inata inferioridade das mulheres”.

Somente a partir de estudos científicos, realizados, principalmente, pelas áreas da Biologia e da Antropologia, entre outras, descobriu-se que homens e mulheres são dotados das mesmas capacidades intelectuais. Assim, muitos dos mitos acerca desta ordem predefinida e preexistente, tão inculcados no imaginário de homens e mulheres, estão sendo, paulatinamente, desconstruídos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. Conferência do Prêmio Goffmann: a dominação masculina revisitada. Sexualidade, Gênero e Educação. 1998. In: **Revista Educação Grandes Temas**. Gênero e Sexualidade: mapeando as igualdades e as diferenças entre os sexos e suas relações com a educação. São Paulo: Segmento, v. 2, mar. 2008.

MESENHÖLLER, Mathias. O Poder nas mãos delas. In: **Revista Geo**. Mulheres no poder. N. 12. Escala, 2010.

RODRIGUES, Maria Alice. **A mulher no espaço privado**: da incapacidade à igualdade de direitos. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SCOTT, John (Org). **Sociologia**: conceitos-chave. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

VIANNA, Cláudia; SILVA, Cláudio Roberto da. Contribuições para a análise da educação escolar. In: **Revista Educação Grandes Temas**. Gênero e sexualidade: mapeando as igualdades e as diferenças entre os sexos e suas relações com a educação. São Paulo: Segmento, v. 2, mar. 2008.